

12 OUT 1985

Constituinte terá parecer 3ª feira

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP) apresentará terça-feira, na Comissão Mista do Congresso, seu parecer à emenda Sarney de convocação de eleições a 15 de novembro de 1986 para a Assembléia Constituinte. O relator dará prévio conhecimento do parecer aos deputados e senadores que integram a Comissão, em reunião com os líderes partidários. A proposta será submetida à deliberação do plenário do Congresso nos dias 21, 22 e 23.

Apesar da reação do PT, do PDT e de setores minoritários do PMDB, o

líder do governo, deputado Pimenta da Veiga, acredita na aprovação da emenda Sarney. Na sua opinião, uma reação negativa do Congresso à proposta da Constituinte não teria respaldo na sociedade.

O único ponto polêmico que persiste no exame da matéria é a subemenda Uequed, concedendo anistia ampla, geral e irrestrita a civis e militares. O assunto está sendo examinado pelo presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, com ministros militares, com a participação, também, do líder Pimenta da Veiga. O relator Flávio Bierrenbach tem conversado a respeito com os assessores dos ministros do Exército,

da Marinha e da Aeronáutica, acreditando numa fórmula intermediária.

As demais propostas polêmicas praticamente ficaram superadas, depois da reunião que Ulysses Guimarães promoveu com os líderes dos partidos na Câmara e no Senado. O PT e o PDT, porém, continuam fazendo restrições à emenda Sarney.

Há informações de que o relator pretende incluir em seu parecer a extinção dos decretos-leis e das salvaguardas — estado de emergência e medidas de emergência. Vale registrar que, há poucos dias, a comissão mista do Congresso aprovou emenda constitucional do deputado Lélto Souza (PMDB-RS), eliminando da

Constituição o estado de emergência e as medidas de emergência.

Ainda pendente de decisão está a sugestão de fixar prazo único de um ano para a desincompatibilização de ministros, governadores, secretários, prefeitos, dirigentes de empresas públicas, para disputarem as eleições da Constituinte. O líder Pimenta da Veiga, ao contrário do relator Flávio Bierrenbach, defende dois prazos — de seis meses para governadores, secretários e ministros com mandato legislativo, e de oito ou nove meses para ministros, secretários sem mandato e dirigentes de empresas públicas.

Os salesianos são favoráveis à autonomia

Os salesianos decidiram, em reunião no Rio de Janeiro, apoiar a tese de uma Assembléia Nacional Constituinte independente do Congresso Nacional. Segundo a Inspeção Salesiana de São Paulo, à reunião, chamada Conferências das Inspeções Salesianas do Brasil (DisBrasil e CIB), estiveram representados quase mil salesianos e mais de 1.300 filhas de Maria Auxiliadora.

Além disso, o documento aprovado no Rio de Janeiro defende "uma política nacional do menor e do jovem trabalhador que procure superar as causas estruturais do abandono em que vivem" e exige que "a nova Constituição codifique os seus direitos".

O atual sistema educacional brasileiro é também uma das preocupações dos salesianos, que fundaram e dirigem muitas escolas. O documento considera "injusto nosso sistema educacional, que marginaliza e exclui das escolas milhões de brasileiros". Os salesianos apóiam "as justas propostas que procuram garantir o direito ao acesso gratuito à escola, em especial à do 1º grau". Defendem também a liberdade de ensino e o respeito ao "pluralismo ideológico, cultural e religioso".

O documento termina pedindo a inclusão, na Constituição, dos direitos dos índios, a preservação de suas terras, línguas e culturas.

A DisBrasil e a CIB estão convocando salesianos, irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, voluntários de Dom Bosco, cooperadores salesianos, alunos e ex-alunos das escolas salesianas a participarem "das iniciativas referentes à próxima Assembléia Nacional Constituinte".

Pedessistas vão definir apoio à emenda Sarney

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O PDS dá mais um passo na direção do governo federal, terça-feira, quando sua Executiva Nacional decidirá apoiar oficialmente a emenda do presidente José Sarney, convocando a Assembléia Nacional Constituinte. É provável que a decisão provoque críticas de deputados que se vincularam mais apaixonadamente à candidatura do deputado Paulo Maluf à Presidência da República e responsabilizam o atual chefe do governo pelo resultado adverso da reunião do Colégio eleitoral de 16 de janeiro.

Os pedessistas se dispõem a apoiar a emenda Sarney convencidos de que ela é a que mais se compatibiliza com a transição mansa e pacífica do autoritarismo para a plenitude democrática e que melhor serve aos interesses do Congresso, da classe política e dos partidos. Eles partem do princípio de que a Constituinte autônoma, a Constituinte com parlamentares avulsos, isto é, sem vinculações partidárias ou indicados por categorias profissionais ou entidades, como a OAB e CNBB, somente teriam sentido se tivesse havido ruptura da ordem político-institucional e não solução de compromissos, tecida laboriosamente pelo falecido presidente Tancredo Neves.

Segundo experientes observadores políticos, por trás de tudo está o namoro firme do PDS com o governo federal e que tem sido facilitado pelo temperamento do presidente José Sarney, que se vangloria de ser incapaz de abrigar o sentimento do ódio.

Ele está sempre disposto a receber e a atender chamadas telefônicas de senadores e deputados do PDS, até mesmo da seção maranhense, que, em passado recente, o agrediram verbalmente quando deixou o comando da agremiação por rejeitar a solução presidencial, representada pela candidatura Paulo Maluf à sucessão do general João Figueiredo.

No tocante às viagens para o Exterior, restaurou a praxe de se fazer acompanhar de representantes de todos os partidos. Na ida a Montevideu, levou, entre outros, o presidente do PDS, senador Amaral Peixoto. Aproveitou a viagem para cativar o veterano político fluminense, que se encontrava magoado com ele, por sua saída abrupta da presidência do PDS na reunião da Executiva de 11 de junho do ano passado. Quando foi a Nova York, convidou os líderes do partido da oposição, senador Murillo Badaró e deputado Prisco Viana. A cordialidade no relacionamento foi de tal ordem que surpreendeu, em Caracas, o presidente da Venezuela, Jaime Luchinski, quando este dirigiu apelo aos dois no sentido de que dessem todo apoio ao governo, no interesse do poder civil e para evitar qualquer tentação autoritária. Tanto Prisco, ex-secretário-geral do PDS quando Sarney era presidente, quanto Murillo Badaró foram, então, efusivos nas demonstrações de simpatia ao presidente da República, o que os levou ainda a proferir discursos de caloroso elogio ao pronunciamento de Sarney na assembléia da Onu, quando de seu regresso ao País e ao Congresso.

ANC 88
Pasta 10/85-1
116/1985

L.C.